



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
Secretaria Agricultura Pesca e Meio Ambiente

Rua: Coronel Büchelle, 01, Centro - Tijucas - Fone: (048) 3263-1133 Fa x: (048) 3263-0388
E-mail: agricultura@tijucas.sc.gov.br

Tijucas, 08 de Outubro 2014

OF/AGR Nº 41/2014

Ilmo Senhor,
SÉRGIO MURILO CORDEIRO
Presidente da Câmara de vereadores do Município de Tijucas/SC.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-a cordialmente, servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Senhoria, resposta aos requerimentos 149/2014 e 150/2014 de autoria do vereador Eder Muraro.

Em resposta ao Req. 149/2014, informamos que possuímos em nosso quadro o Engenheiro Agrônomo Clóvis Rosa Junior e também contamos com mais dois engenheiros agrônomos em parceria com a EPAGRI. Ressalto aqui que o agrônomo envolve-se em praticamente todas as etapas do agronegócio - do plantio ou da criação de rebanhos à comercialização da produção. Ele planeja, organiza e acompanha o preparo e o cultivo do solo, o combate a pragas e doenças, a colheita, o armazenamento e a distribuição da safra. Cuida da alimentação, da reprodução, da saúde e do abate de animais. Também gerencia a industrialização, o armazenamento e a comercialização de alimentos de origem animal e vegetal.

Destaco que qualquer entidade sem fim lucrativo pode organizar os Grupos do PNHR, como por exemplo, Sindicatos, Associações e Prefeitura.

Hoje a prefeitura de Tijucas, através da Secretária de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente esta tentando organizar um segundo grupo do PNHR, e que os projetos de Engenharia, Técnico Social, organizacional estamos conseguindo atender gratuitamente, e que a organização da documentação da Terra, pessoal, de renda poderia ser feito pelo próprio mutuário. A documentação necessária se encontra no site da Caixa Econômica Federal no link http://www.caixa.gov.br/novo_habitacao/minha-casa-minha-vida/habitacao-rural.asp.

Câmara Municipal de Tijucas - SC
PROTOCOLO GERAL 0001181
Data: 08/10/2014 Horário: 15:22
Administrativo -



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
Secretaria Agricultura Pesca e Meio Ambiente

Rua: Coronel Büchelle, 01, Centro - Tijucas - Fone: (048) 3263-1133 Fax: (048) 3263-0388
E-mail: agricultura@tijucas.sc.gov.br

Em resposta ao REQ. 150/2014, informamos que;

- A) Terra Nova são dois agricultores, Campo Novo são cinco agricultores e no Oliveira um agricultor atendido pelo PNHR.
- B) Em anexo o levantamento TÉCNICO SOCIAL, e documento extraído site da Caixa Econômica Federal, no link http://www.caixa.gov.br/novo_habitacao/minha-casa-minha-vida/rural-pnhr-grupo1.asp e do link http://www.caixa.gov.br/novo_habitacao/minha-casa-minha-vida/habitacao-rural.asp
- C) A empresa construtora foi escolhida pela Comissão Organizadora eleita em reunião por todos os beneficiários e os fornecedores são aqueles que apresentarem o menor preço de mercado. Lembrando que o pagamento é feito direto na conta bancária destes fornecedores mediante apresentação de nota fiscal e ofício da comissão organizadora.
- D) Até o momento foram repassados 60% do valor do contrato que é de R\$ 228.000,00, ou seja R\$ 136.800,00.
Em anexo, relatório emitido da obra para a Caixa Econômica Federal com fotos de todos os imóveis.

Aproveitamos para destacar que hoje, as obras do PNHR 01 DE TIJUCAS, se encontram com mais de 80% do cronograma concluído, e que esta A Administração Municipal pretende entregar todos os imóveis no mês de Dezembro de 2014.

Sem mais para o momento, reiteramos protestos de consideração e apreço.

Cordialmente.

CLÁUDIO TIAGO IZIDORO
Secretário de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

**GIHAB/FL
PROTOCOLO**

21 JUL 2014

Enviado para conferência

Nº

14h04

ANEXO III

PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

1. IDENTIFICAÇÃO

Programa: Programa Nacional de Habitação Rural PHNR		Ação/Modalidade: Aquisição de Material de Construção e mão de obra	
Empreendimento: TIJUCAS 01		Localização/Município: Tijucas	UF: SC
Fonte de recursos: OGU		Regime de produção: construção	
Objeto de intervenção: Construção de 08 (oito) unidades habitacionais na área rural			
Executor da intervenção: Prefeitura Municipal de Tijucas			
Tel: (48) 32631133		e-m@il: flavialcordeiro@hotmail.com	
Responsável Técnico-Social: Adriana Volles		Formação: Pedagoga	
Tel.: (47) 3046 1826 / 8402 3215		e-m@il: adriana.litoral@cresol.com.br	
Valor do Trabalho Técnico Social: R\$ 3.200,00		Repasse: R\$ 3.200,00	Contrapartida Física: R\$ -
Prazo do Trabalho Técnico Social: 14 meses		Contrapartida Financeira: R\$ -	Outros: R\$ -
Prazo de Obras: 11 meses			
Nº Famílias	Nº de pessoas	% de mulheres Chefe de Família	Nº de famílias em situação de risco
08	23	-	-
Renda média familiar (em SM)			
1 SM			
Nº de pessoas com deficiência		Nº de idosos	
01			

2. DIAGNÓSTICO

2.1 CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E DO ENTORNO

(as informações devem considerar às áreas de intervenção e destino, quando se tratar de reassentamento)

Tijucas é um município brasileiro do Estado de Santa Catarina. Localiza-se a uma latitude 27, 3º sul e a uma longitude 48,7º oeste, estando a uma altitude de 2 metros acima do nível do mar. Sua população em 2010 era de 30.960 habitantes. Possui uma área de 277,90 km² e o IDH 0,835.

Os limites do município são: Ao norte com o município Camboriú, Itapema e Porto Belo, ao sul com Governador Celso Ramos e Biguaçu, ao leste com o Oceano Atlântico e ao oeste com de Canelinha. As localidades da área rural são: Campo Novo, Itinga, Morretes, Nova Descoberta, Oliveira, Terra Nova, Timbé.

O Município está estrategicamente situado numa bela planície do litoral de Santa Catarina, as margens do Rio de mesmo nome e do principal eixo rodoviário do país, a BR-101 (duplicada). Serve de portal de entrada para o Vale do Rio Tijucas, onde inicia a rodovia SC-411 que dá acesso as cidades de Canelinha, São João Batista e Nova Trento (Terra de Santa Paulina), etc. A 50 km ao sul de Tijucas está a cidade de Florianópolis, capital do Estado, com moderno aeroporto internacional e importante centro de compras do sul do país. A 43 km ao norte da cidade de Tijucas encontram-se as cidades de Itajaí e Navegantes, também dispendo de aeroporto e de um dos maiores portos do Brasil. Tijucas situa-se entre a quarta e a quinta cidade mais visitada do país, Florianópolis e Balneário de Camboriú, segundo a EMBRATUR, tornando-se assim uma verdadeira vitrine para mais de um milhão de turistas que passam por aqui em temporadas de verão.

Os meios de transportes coletivos são poucos, porém regulares e grande parte dos agricultores realizam suas atividades na comunidade local, onde estão localizadas escolas, postos de telefone e pequenos comércios. As famílias também se beneficiam com o Posto de Saúde, o qual prestam atendimento básico e preventivo, percebendo na figura dos agentes de saúde um portador de informações e esclarecimentos relacionados aos cuidados e prevenção de doenças e programas governamentais. As famílias, em sua maioria, vão ao centro urbano quando necessitam dos serviços das instituições financeiras, cooperativa de crédito e demais atendimentos prestados por outras organizações.

As famílias inscritas no Programa são famílias de baixa renda, atendidas pelos programas sociais da Prefeitura e também de outras entidades (associações e sindicatos rural), possuindo assim uma história baseadas nas relações comunitárias para crescimento e bem estar comum.

Em relação ao saneamento básico existe em todas as moradias das famílias selecionadas o tratamento individual dos efluentes domésticos, formado por fossa, filtro e sumidouro. Em relação ao abastecimento de luz nas três comunidades envolvidas o fornecimento é realizado pela CEREJ (Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior) e todas as famílias têm acesso.

Já em relação ao abastecimento de água todas as famílias dispõem de água tratada fornecido pelo SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) e, além disso, possuem nascentes próximas das moradias que são utilizadas nas etapas de lavação.

A coleta do lixo é realizada pela Prefeitura Municipal de Tijucas de forma semanal. Em relação à existência de equipamentos comunitários e serviços públicos, as três comunidades envolvidas possuem três escolas/creches, três postos de saúde e três igrejas (católicas e evangélicas) e dois campos de futebol.

No centro do município possui um hospital, uma delegacia, um centro de cultura e arte, centro odontológico municipal, uma biblioteca municipal, vinte e uma escolas de Ensino Fundamental e seis escolas de Ensino Médio. Segundo levantamentos realizados em setembro de 2009, o município dispõe de cinco instituições de assistência social, a saber: Ação Social Paroquial de Tijucas; Associação Comunitária de Atendimento à Criança – ACAC; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE; Centro Assistencial Espírito Santo e Congregação das Irmãzinhas dos Anciões Desamparados.

A população específica do projeto em questão está estabelecida na região há mais de cinquenta anos, formada principalmente pela imigração italiana. As habitações em questão são formadas por casas de madeiras que estão desgastadas em função da deterioração natural da madeira. Apesar de se tratar de população de baixa renda, não existem situações de risco nas áreas, como enchentes, alagamentos, deslizamentos, desmoronamentos, erosões, lixões e insalubridade.

À medida que a população tem aumentado e novas empresas se estabelecendo no município, os equipamentos comunitários e serviços públicos têm acompanhado o crescimento.



2.2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA

(Características sócio-econômicas da população atendida informando nível médio de renda, faixa etária, escolaridade, número de pessoas com deficiência, número de idosos e outros dados considerados importantes que permitam traçar o perfil da população).

Os beneficiários são cadastrados nos programas sociais e se enquadram nos seguintes quesitos:

- assumir o compromisso de organizarem-se em grupos para auxiliar nos trabalhos em forma de mutirão, nas edificações sob a orientação do organograma de acompanhamento de obras dos beneficiários e engenharia;
- comprometer-se em executar as orientações técnicas na execução das edificações;
- disponibilizar-se a participar das reuniões, cursos e encontros necessários ao desenvolvimento do projeto;
- ter disponibilidade para contrapartida (mão de obra, material e/ou recursos financeiros) necessário para viabilizar a conclusão da obra.
- comprometer-se em desenvolver/potencializar iniciativas que visam o bem estar familiar e ambiental em suas propriedades.

As famílias beneficiadas são agricultores familiares, com renda familiar bruta anual de no máximo R\$15.000,00, que comprovem enquadramento no PRONAF, mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP. A produção agrícola e da pecuária, baseia-se no auto consumo com vendas dos excedentes no mercado local. Devido ao intenso êxodo rural ocorrido nas décadas de 80 a 90, as comunidades tiveram uma significativa redução do número de famílias, sendo que muitas das beneficiárias ficam isoladas propiciando ainda, a saída dos jovens da área rural e o envelhecimento da população nestes locais, diferente de um quadro de trinta anos atrás quando a população destas cidades era predominantemente rural com média de mais de três filhos por família.

As construções (moradias) atendem a 08 (oito) beneficiários destes:

- 05 (cinco) não concluíram o ensino fundamental, 01 (um) concluiu o ensino fundamental, 2 (dois) concluíram o ensino médio;
- 01(um) tem entre 20 a 30 anos, 03 (três) tem entre 31 a 40 anos e 04 (quatro) tem entre 41 a 50 anos;
- 01 portador de necessidades especiais;
- 3 (três) são solteiros, 2 (dois) casados, 3 (três) convivente em união estável;
- todos do sexo masculino
- as rendas destas famílias são em média de um salário mínimo mensal e a fonte de renda está baseada nas atividades agrícolas: fruticultura, reflorestamento, rizicultura e bovinocultura, também tendo a produção para auto consumo e plantio de verduras.

Das famílias 08 famílias: 5 moram na comunidade de Campo Novo, 2 na comunidade Terra Nova e 1 na comunidade Oliveira no município de Tijucas.

Estas famílias participam de várias ações promovidas pela Secretaria da Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, Epagri, e também são associadas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associação do município de Tijucas. Estas instituições, especialmente a Secretaria

Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente é responsável por prestar apoio aos agricultores do município, orientando e oferecendo serviços como, uso de máquinas agrícolas, distribuição de mudas, calcário, atendimento aos pecuaristas com a equipe de auxiliares de vacinadores, entre outras atribuições.

A Secretaria também é responsável pela organização de eventos e cursos voltados para agricultores e pecuaristas, tendo ainda, a Divisão de Pesca, que presta auxílio e orientação aos pescadores artesanais de Tijucas. Enfim tem foco de atender os agricultores familiares do município de Tijucas, propiciando melhoria na qualidade de vida no espaço em que vivem.



3. JUSTIFICATIVA

(Discorrer brevemente sobre a pertinência da proposta do trabalho técnico social em relação à intervenção física a ser realizada, considerando as características da comunidade beneficiária e da área, outras ações/projetos relevantes realizados na área de intervenção e o potencial da participação efetiva da comunidade no processo).

A Agricultura Familiar representa a imensa maioria de produtos rurais no Brasil. São cerca de 4,2 milhões de estabelecimentos. O segmento detém apenas 20% das terras e responde por 30% da produção agropecuária brasileira. Em alguns produtos básicos de dieta dos brasileiros como: feijão, arroz, mandioca, hortaliças e pequenos animais a agricultura familiar chega a ser responsável por 70% da produção. Paradoxalmente o modelo de produção em escala imposta pelos agricultores causou sérios problemas econômicos e ambientais, diante das diversas conjunturas que se apresentam nos últimos anos e por muitas políticas públicas ao longo da história do Brasil. E, neste contexto, o meio rural historicamente foi visto como um espaço onde não se tinha "conforto", as benfeitorias principalmente moradias sempre eram deixados em último plano, fazendo com que muitos tivessem a concepção da área rural como um espaço ruim de viver.

A Prefeitura de Tijucas, por meio da Secretaria da Agricultura, Pesca e Meio Ambiente tem como foco o atendimento aos agricultores familiares e reconhece a importância que o espaço rural tem na vida da comunidade num todo, pois é o agricultor familiar que com pequenas áreas e mão de obra da própria família são responsáveis pela produção de boa parte do alimento que vai a mesa de todos os brasileiros e desempenha papel importante na economia do país.

Uma das preocupações da Prefeitura é o bem estar dos seus munícipes, e repensar o espaço onde o agricultor vive dando a ele condições de melhorar e facilitar seu cotidiano, é este um dos princípios primordiais efetivado através de ações, projetos que emergem para a qualidade de vida. Sob esta égide atualmente a Prefeitura por meio de sua Secretaria atua com alguns programas/atividades que prezam pela integração social, pela atuação das mulheres e dos jovens (gênero e geração) nos espaços públicos, pela atenção técnica nas propriedades rurais para o desenvolvimento do agricultor familiar e pela agregação de renda incentivando a industrialização familiar e sua participação na comercialização tanto direto ao consumidor quanto em feiras-livres, e pela educação/formação por meio de parcerias.

Neste sentido o projeto de Trabalho Social se coloca como mais uma possibilidade a partir do diálogo, leituras, debates do aprofundamento dos conhecimentos e experiências destas famílias, proporcionando outros modos de vida com práticas alternativas em relação ao convencional, preocupando-se com o meio ambiente e com a produção de alimentos saudáveis com baixo custo de produção.



6

Este é um processo que visa valorizar a vivência do campo, os saberes populares evitando assim o êxodo rural e a pobreza no meio rural. A agricultura familiar tem o potencial da produção e sabe o peso que tem a organização juntos na busca de novas alternativas. Contudo, Programas como o PNHR proporcionam a melhoria da qualidade de vida, elevando a autoestima e incentivando a permanência do agricultor/a no campo. E pensando no bem estar do público rural que a Prefeitura de Tijucas vem potencializando recursos e alternativas para o acesso dos agricultores as políticas públicas, pois atendendo com qualidades estas famílias fortalecerá também, a agricultura familiar na região.



OBJETIVOS

(Definir os objetivos geral e específicos que se pretende alcançar com o projeto técnico social, relacionados com a intervenção física proposta, a justificativa apresentada e as características da população e da área de intervenção. Devem estar relacionados com as demandas verificadas junto à população beneficiária).

Objetivo Geral:

- Oportunizar um processo de formação com as famílias envolvidas no Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR visando à reorganização e significação dos espaços e das relações entre as pessoas e o entorno, bem como o incentivo e a reconstrução das formas de organização nas Unidades Produtivas de Vida Familiar para promover a produção de alimentos, o cuidado com meio ambiente, a diversificação na produção e a melhoria da qualidade de vida.

Objetivos Específicos:

- Identificar nas comunidades rurais os beneficiários que atendem os critérios do programa, por meio de vistas, fazendo o levantamento de informações sobre a documentação necessária para participar do programa;
- Elaborar o projeto técnico social de acordo com a demanda levantada
- Realizar reunião com os beneficiários identificados a fim de informar sobre as regras do programa, como acontecerão as ações do trabalho técnico social e qual o papel da comissão de representantes dos beneficiários e eleição da Cre;;
- Reunir o grupo de beneficiários a fim de informar sobre o início das obras, o funcionamento da aquisição de materiais de construção, o trabalho e ajuda aos pedreiros;
- Reunir a comissão dos beneficiários para detalhar sobre suas responsabilidades, como serão realizados os pagamentos aos pedreiros e material de construção, bem como analisar como está o andamento das obras e elaborar o relatório das ações desenvolvidas;
- Despertar o interesse dos agricultores para os cuidados com o meio ambiente (água, lixo, saneamento, conservação do solo);
- Capacitar às famílias quanto à organização do trabalho, a construção, conservação e organização do espaço e das moradias;
- Promover a educação/ orientação financeira;
- Incentivar as famílias envolvidas na produção para autoconsumo e a importância da diversificação das unidades produtivas com pomares e hortas;
- Propiciar aos beneficiários conhecimento básico sobre as políticas públicas do governo federal, PNAE e PAA

- Realizar visitas nas unidades habitacionais a fim de verificar se alguns conceitos apresentados nas oficinas foram implantados;
- Fazer entrevista com os beneficiários para verificar o grau de satisfação quanto a nova morada;
- Elaborar relatório de acompanhamento e avaliar as atividades desenvolvidas pela CRE;
- Avaliar como foi a realização das obras, trabalhos técnico social e socialização das experiências ocorridas durante o período do programa;

5. METODOLOGIA

(Descrever as ações do trabalho a ser desenvolvido; os instrumentos e técnicas de intervenção previstas, bem como os documentos de registro e sistematização a serem utilizados, em consonância com os objetivos estabelecidos no projeto. Apresentar cronograma de atividades conforme item 10).

(Descrever as ações do trabalho a ser desenvolvido; os instrumentos e técnicas de intervenção previstas, bem como os documentos de registro e sistematização a serem utilizados, em consonância com os objetivos estabelecidos no projeto. Apresentar cronograma de atividades conforme item 10).

A metodologia do trabalho prevê o *momento presencial*, quando as famílias envolvidas no Programa se reunirão para atividades de formação, com aprofundamentos de leituras, debates, socialização do conhecimento das vivências, bem como formação específica na área técnica no que se refere ao Programa de Habitação.

O *tempo comunidade* será o momento em que cada família vai discutir o andamento de suas ações, pois o espaço onde se vive não implica somente em casa nova. Pois, a partir dos conhecimentos técnicos discutidos nos momentos presenciais poderá analisar, reconhecer sua propriedade quanto às potencialidades dos recursos naturais com água, a qualidade do solo, a localização das benfeitorias para melhor aproveitamento dos espaços com horta, pomar, jardins de embelezamento. Outro aspecto refere-se à conscientização quanto à necessidade do armazenamento do lixo e a das áreas verdes (reflorestamento).

Na etapa pré-execução (pré-obra) serão realizadas visitas nas moradias, aonde ocorrerá o levantamento sobre situação de cada família, esclarecimentos sobre os critérios de seleção e participação, esclarecimento sobre papel e responsabilidades dos participantes (CAIXA, Poder Público, Construtoras, executor do Trabalho Técnico Social e beneficiários) e informação sobre PTTS que será implementado no empreendimento.

Também será realizada uma **reunião** onde serão esclarecidas informações técnicas referentes ao

PNHR, esclarecendo normas, documentação necessária, procedimentos de como acontecerá o processo e como se dará o monitoramento. Também será eleita a comissão de beneficiários (**CRE**), bem como informar sobre as ações que acontecerão durante o programa (reuniões, visitas nas propriedades, material didático a ser utilizado). Para as reuniões será elaborado *material didático (textos que serão entregue nos encontros de formação)*.

Nessa etapa após o levantamento das informações deverá ser **escrito o Projeto Técnico Social**, aonde constará itens como o diagnóstico da área de intervenção e do entorno, a caracterização da população beneficiária, justificativa, objetivos, metodologia, orçamento detalhado do projeto, levantamento dos parceiros, organização de prazos e cronograma de execução.

Durante o processo de execução (execução das obras), as atividades pedagógicas do Projeto Técnico Social serão realizadas com os beneficiários, por meio de reuniões técnicas, encontros de formação em tempo presencial, oficinas e seminário. O seminário será de socialização dos andamentos das atividades e troca de experiências dos projetos implementados em suas UPVF. Os textos servirão de apoio nas discussões durante o tempo de estudos onde, terá a participação de técnicos e instituições parceiras. Estes contribuirão no processo de formação dando suporte as famílias no decorrer do projeto. Neste período serão realizadas 08 visitas as famílias beneficiadas.

Nas oficinas, seminário, reuniões e cursos de capacitações serão trabalhados temas específicos como: Organização Comunitária, Educação Ambiental e para Saúde, Educação Patrimonial, Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar, Geração de Trabalho e Renda, com acompanhamento de assessoria do grupo envolvido no Programa Nacional de Habitação Rural.

01 – Reunião – Organização Comunitária: Será trabalhado o apoio ao funcionamento da CRE, articulação com as políticas públicas locais, ações apresentadas pelas EO e de interesse dos beneficiários, detalhamento do PNHR, buscando o envolvimento e a adesão do grupo para um trabalho participativo; retomada dos conceitos do Programa, enfatizando a importância de permanência no imóvel, tendo em vista a impossibilidade de recebimento de outro benefício da mesma natureza, com subsídio do governo federal.

02- Reunião - Apoio a CRE e Relatório das ações realizadas: será realizada reunião com o objetivo de esclarecer a responsabilidade e ações da CRE, enfatizar a importância de atender as regras do PNHR, além de serem sanadas as duvidas eventuais que possam existir da Comissão. Aliado a isso nesse período será elaborado relatório sobre as ações desenvolvidas.

03. Oficina –Organização Comunitária: Será retomado os conceitos do Programa, enfatizando a importância de permanência no imóvel, tendo em vista a impossibilidade de recebimento de outro benefício da mesma natureza, com subsídio do governo federal. Também será tratado sobre orientações para a criação de organismos representativos dos beneficiários e o desenvolvimento de grupos sociais e de comissões de interesses, identificação e capacitação de lideranças e grupos representativos em processos de gestão comunitária.

04 - Oficina – Educação Ambiental e para Saúde: abordará a difusão de noções sobre higiene, saúde e doenças individuais e de coletividade e divulgação de informações sobre o uso racional dos recursos naturais, manejo de resíduos sólidos, preservação e conservação ambiental, coleta de lixo. Aliado a isso nesse período será elaborado relatório sobre as ações desenvolvidas.

05- Oficina - Educação Patrimonial: deverá ser estimulado à correta apropriação e uso dos espaços e equipamentos de uso comum, repasse de informações básicas sobre manutenção preventiva da moradia e dos equipamentos coletivos, os cuidados com espaço interno e externo .

06- Oficina - Apoio a CRE e Relatório das ações realizadas: será realizada reunião com o objetivo de esclarecer a responsabilidade e ações da CRE, enfatizar a importância de atender as regras do PNHR, além de serem sanadas as dúvidas eventuais que possam existir da Comissão. Aliado a isso nesse período será elaborado relatório sobre as ações desenvolvidas.

07- Oficina – Estímulo ao desenvolvimento da consciência de coletividade, criando e fortalecendo laços sociais e comunitários: será realizada oficina com o objetivo de orientar o grupo sobre as formas de organismos comunitários, abordando noções básicas sobre o cooperativismo e associativismo e identificar e capacitar de lideranças e grupos representativos em processos de gestão comunitária.

08 – Cursos de Capacitação: Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar e Geração de Trabalho e Renda: abordará a divulgação de informações sobre organização e planejamento do orçamento familiar, adimplência e a racionalização dos gastos com moradia; orientação para acesso às tarifas sociais dos serviços públicos, encaminhamento aos serviços de intermediação de mão de obra por meio dos sistemas de emprego, e aos serviços de formação de núcleos associativos de produção e de micro-crédito produtivo.

09 – Cursos de Capacitação e Relatório das ações realizadas- Geração de Trabalho e Renda: Políticas Públicas abordará o mapeamento de vocações dos beneficiários e produtivas do entorno do empreendimento e região e promoção de projetos de capacitação para o trabalho de geração de trabalho e renda, técnicas de produção e manejo na área da fruticultura. Aliado a isso nesse período será elaborado relatório sobre as ações desenvolvidas até o momento.

10- Oficina - Incentivo a produção para auto-consumo e diversificação das unidades produtivas: Nesse trabalho será estimulado às famílias envolvidas na produção para auto-consumo e divulgado sobre importância da diversificação das unidades produtivas com pomares e hortas.

11 – Cursos de Capacitação e Relatório das ações realizadas- Geração de Trabalho e Renda: Serão apresentados conceitos básicos, formas de acesso as políticas públicas, PNAE(Programa

Nacional de Alimentação Escola), PAA (Programa Aquisição de Alimentos) e PGPAF (Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar propiciando que o agricultor possa ter outras fontes de renda. Aliado a isso nesse período será elaborado relatório sobre as ações desenvolvidas até o momento.

12 – Visitas as Unidades Habitacionais: Serão realizadas 08 (oito visitas) nas Unidades Habitacionais conversando com os beneficiários sobre a implantação da horta, pomar e cuidados com o ambiente externo e interno.

13 – Entrevista: Na realização das visitas serão feitas entrevistas para avaliar a satisfação dos beneficiários com suas moradas e identificando as perspectivas para a realização de futuras benfeitorias e ou/ampliação nas suas casas.

Na etapa pós-execução (pós execução das obras): será realizada um **seminário** de avaliação do programa, onde as famílias se reunirão para socializar seus diagnósticos e avanços. Neste momento será feita avaliação com os beneficiários, entregue a pesquisa de satisfação e pós-ocupação para elaboração do relatório final e encerramento das atividades das comissões. Também deverá ocorrer neste evento a consolidação dos processos implantados nas etapas anteriores e avaliação da CRE.

Nessa etapa, a responsável pelo Trabalho Técnico Social deverá entregar o relatório final escrito das atividades realizadas. Todos os encontros, oficinas, reuniões, seminários e visitas serão registrados por meio de lista de presença, fotos e relatórios. Os encontros serão realizados na Sede da Secretaria de Agricultura e nas comunidades, de acordo com a quantidade de participantes, e sempre serão finalizados com um coquetel. **O material impresso, data show, custo com combustível e coquetel será ofertado pela Prefeitura Municipal de Tijucas. Todo o trabalho será realizado em parceria com entidades, denominadas como: “Agentes Parceiros”, são eles: Epagri, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e CRESOL, os mesmos darão apoio e suporte na condução do Projeto, bem como contribuir na divulgação.**

Informamos que as oficinas serão realizadas por engenheiros agrônomos, e que a Pedagoga terá a função de coordenar o Projeto. Os cursos relacionados à capacitação serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Tijucas.



6.

COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA (anexar currículos)

Nome	Formação Acadêmica	Atribuição na Equipe	Número de Horas disponibilizadas ao projeto
Adriana Volles	Pedagogia	Responsável PTTS	32 horas

7. **PARCERIAS**

(Descrever as parcerias propostas, apontando os parceiros e suas respectivas responsabilidades e atribuições)

Diante da premissa de que não estamos sós na construção e consolidação do projeto de desenvolvimento da Agricultura Familiar e que há necessidade de complementaridade de ações, evidencia-se a importância que as relações de parceria. Neste sentido serão parceiros da Prefeitura de Tijucas no município:

- Epagri – Tijucas
- CRESOL

8. **VALORES DA INTERVENÇÃO:**

	OBRAS	PTTS (Trabalho técnico social)	TOTAL
Repasse/Financiamento	R\$ 228.000,00	R\$ 3.200,00	R\$ 231.200,00
Contrapartida (Financeira)	-	-	-
Contrapartida (Bens e serviços)	-	-	-
Outros (Engenharia)	R\$ 4.800,00	-	R\$ 4.800,00
TOTAL	-	-	R\$ 236.000,00

9. **PRAZOS**

Prazo de Obras: 11 meses

Prazo do Trabalho Técnico Social: 14 meses



10. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

Eixo	Macroação	Atividades	Etapa 01	Etapa 02	Etapa 03	Etapa 04	Etapa 05	Etapa 06	Etapa 07	Etapa 08	Etapa 09	Etapa 10	Etapa 11	Etapa 12	Etapa 13	Etapa 14
PRÉ-OBRA	Ações Informativas Visitas Técnicas	Cadastro, seleção e hierarquização da demanda	X													
	Projeto técnico social	Elaboração do Projeto de Trabalho Social		X												
	Reunião	- Reunião para discussões sobre a concepção e execução do projeto - Eleição da CRE - Reunião de informação sobre o programa, os critérios de participação e as condições contratuais.		X												
PERÍODO DE OBRAS	Reunião	- Reunião para dar os encaminhamentos do início das obras, contratação de pedreiros, compra de materiais			X											
	Oficina	Organização Comunitária				X										
	Oficina	Educação Ambiental e para Saúde					X									
	Oficina	Educação Patrimonial						X								
	Oficina	Apoio a Cre e Relatório das ações realizadas							X							
	Oficina	Estímulo a consciência de coletividade								X						
	Oficina	- Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar									X					
	Oficina	- Geração de Trabalho e Renda e relatório das ações realizadas										X				
	Oficina	- Incentivo a produção para auto consumo e diversificação											X			
	Oficina	- Políticas Públicas e relatório das ações realizadas												X		
	Visitas	- Visitas as Unidades Habitacionais													X	
	Entrevista	- Entrevista com os beneficiários													X	
PÓS-OCUPAÇÃO	Seminário	- Consolidação dos processos implantados nas etapas anteriores - Encerramento das atividades da CRE														X
	Relatório	Elaboração e entrega do relatório final PTTS (fotos, relatório, pesquisa satisfação e avaliação)														X

11. COMPOSIÇÃO DE CUSTOS – Orçamento

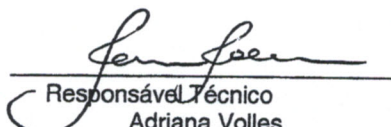
2. CUSTOS COM RECURSOS HUMANOS						
Profissional	Período	Valor	Valor Repasse	Valor Contapartida		Valor Outros recursos
				Bens Serviços	Financeira	
Pedagoga	32 horas	100,00	3.200,00			
TOTAL GERAL (Subtotal 1 + 2)						3.200,00

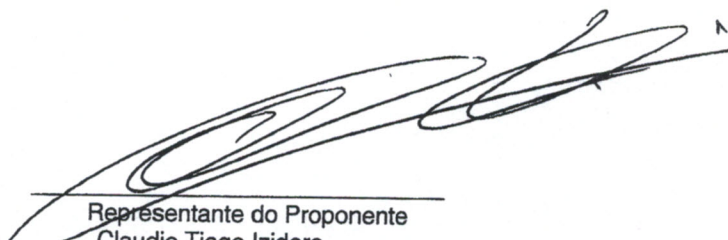
Nota: Deverá ser apresentado orçamento detalhado, quando solicitado pela CAIXA.

Item Custos em R\$	Período (meses)													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Recursos Humanos	800,00								1.100				1.000	300
Total														

13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Tijucas/SC, 29/11/2013.


Responsável Técnico
Adriana Volles
CPF 702.381.039-00
Pedagoga


Representante do Proponente
Claudio Tiago Izidoro
CPF 857.500.939-72
Secretaria da Agricultura Pesca e Meio
Ambiente – Prefeitura Municipal de Tijucas

A MORADIA DIGNA CHEGOU AO CAMPO.

O Programa Nacional de Habitação Rural foi criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida voltado para a população que vive no campo. O objetivo é levar moradia digna ao agricultor familiar e trabalhador rural, por meio da construção de uma casa nova ou da conclusão, reforma ou aumento do imóvel já existente.

COMO FUNCIONA

As famílias deverão ser organizadas por uma Entidade Organizadora sem fins lucrativos, em grupos de no mínimo 04 e no máximo 50 famílias.

Entidade Organizadora deverá:

- comparecer a uma unidade regional da CAIXA no estado: Superintendência Regional - SR ou Gerência Executiva de Habitação - GIHAB ou à Agência mais próxima;
- receber orientação sobre o PNHR e a relação de documentos e formulários exigidos;
- providenciar a documentação da Entidade Organizadora, das famílias e da gleba;
- providenciar a documentação da Entidade Organizadora e das famílias;
- apresentar o projeto de trabalho social;
- apresentar o projeto arquitetônico das casas e formulários de engenharia;

A proposta será avaliada pela CAIXA e caso haja alguma pendência na documentação entregue, a EO será comunicada para regularização.

Aprovada a proposta, a CAIXA assinará Termo de Cooperação e Parceria com a Entidade Organizadora e Contrato com cada um dos beneficiários

Poderão atuar como Entidade Organizadora:

- Sindicatos, cooperativas e associações;
- Prefeitura Municipal, Governo Estadual e do Distrito Federal;
- Companhias e empresas estaduais ou municipais de habitação vinculadas ao poder público;
- Entidades privadas sem fins lucrativos.

As famílias com renda bruta anual acima de R\$ 30.000,00 podem optar por serem atendidas individualmente, sem a intervenção de uma Entidade Organizadora. Neste caso, deverão procurar diretamente uma Agência da CAIXA para coletar informações e entregar os documentos necessários.

QUAIS SÃO OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA E COMO COMPROVAR RENDA

Os beneficiários do programa são:

1 - Agricultor familiar: Deverão apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP para comprovar a condição de agricultor familiar e apuração de renda.

2 - Trabalhador Rural: Deverão apresentar um dos seguintes documentos para comprovar que são trabalhadores rurais e apuração da renda>

- Apresentação de carteira de trabalho e os três últimos contracheques; ou
- Declaração emitida pelo sindicato de trabalhadores rurais de que o proponente participe informando a renda bruta anual, a atividade que exerce, com firmas reconhecida em cartórios; ou
- Declaração emitida pelo empregador informando a renda bruta anual, com firma reconhecida em cartório; ou
- Comprovante de proventos do INSS, se aposentado de caráter permanente como trabalhador rural

Obs.: Na ausência dos comprovantes de renda acima, admite-se declaração emitida por cooperativa de produção e/ou comercialização, sindicato ou associação de classe à qual o proponente seja associado.

3 - Comunidades Tradicionais: Pescadores artesanais, extrativistas, aquicultores, maricultores, piscicultores, comunidades quilombolas e povos indígenas. Deverão apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP para enquadramento e apuração de renda.

COMO APURAR A RENDA INFORMADA NA DAP PARA ENQUADRAMENTO NO PROGRAMA? DAP

Para as DAP modelo 1.9.1, 1.9.2 e 1.9.3, o cálculo de apuração de renda é diferenciado e deve ser obtido por meio da aplicação do "fator multiplicador" 0,5876.

EXEMPLO: R\$ 25.000,00 (Renda Total Informada na Nova DAP) X (vezes) 0,5876 (Fator Multiplicador) = R\$ 14.690,00 (Renda de Enquadramento no PNHR). Portanto a renda para enquadramento do beneficiário nesse exemplo será de R\$14.690,00

As DAPs emitidas nos modelos anteriores não devem ser substituídas pelos novos modelos se estiverem dentro de período de validade do programa: 3 anos para GI e 1 ano para GII e GIII, sendo considerado nestes modelos antigos, para enquadramento no PNHR o campo "Renda Total de Enquadramento", ou "Renda Total", ou "Renda Rebatida", conforme o modelo apresentado.

CONDIÇÕES GERAIS PARA A GLEBA SE ENQUADRAR NO PROGRAMA

- Situar-se na área rural do município;
- Medir até 4 módulos fiscais, exceto áreas indígenas e comunidades quilombolas;
- Possuir vias de acesso, soluções para abastecimento de água, esgoto sanitário e energia elétrica;
- As glebas dos beneficiários do grupo podem se situar no máximo em três municípios limítrofes.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

- Portaria nº 318, de 12 de junho de 2014: Dispõe sobre o uso de madeira nas construções e reformas de habitações no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.
- Portaria nº 194, de 30 de abril de 2013: Regulamenta o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para os fins que especifica.
- Portaria Interministerial nº 78, de 8 de fevereiro de 2013: Inclui os agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA entre os possíveis beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV. Portaria Interministerial nº 229, de 29 de maio de 2012 Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV (Revogou a Portaria Interministerial nº 395 de 26 de agosto de 2011). Versão alterada pela Portaria Interministerial nº 580, de 03 de dezembro de 2012.

Especificações Mínimas

- ORIENTAÇÃO OPERACIONAL Nº 01 /2013/DHAB/SNH/MCIDADES Produção de cisternas junto às unidades habitacionais do PNHR.
- ORIENTAÇÃO OPERACIONAL - OO Nº 02 /2012/DHAB/SNH/MCIDADES Reformas nas Unidades Habitacionais, no âmbito do PNHR.
- ORIENTAÇÃO OPERACIONAL - OO Nº 03 /2013/DHAB/SNH/MCIDADES Inclusão dos assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA como beneficiários do PNHR.

FAMÍLIAS COM RENDA ANUAL DE ATÉ R\$ 15.000,00
PNHR - GRUPO I

Atende agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda familiar bruta anual máxima de R\$15.000,00.
Subsídios do OGU

1- Produção da unidade habitacional: concedido ao beneficiário e depositado na conta aberta em nome de uma Comissão de Representantes para construção, reforma, melhoria ou conclusão da moradia.

	Regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul (R\$)	Região Norte (R\$)
Construção	28.500,00	30.500,00
Conclusão/reforma/ampliação	17.200,00	18.400,00

IMPORTANTE: até 35% do valor destinado à edificação pode ser utilizado para pagamento de mão-de-obra.

2 - ATEC/TS: concedido à Entidade Organizadora para desenvolvimento das atividades de Assistência Técnica e Trabalho Social

Concedido à Entidade Organizadora para desenvolvimento das atividades de Assistência Técnica e Trabalho Social - ATEC/TS	
Valor repassado por família beneficiada (R\$)	R\$ 1.000,00

Contrapartida do Beneficiário

Além de poder participar ativamente na construção da sua própria casa, a família beneficiária do Grupo I contribui devolvendo à União 4% do valor recebido a título de subsídio para construção ou reforma. São devidas quatro parcelas anuais, de igual valor, sendo que a primeira vence um ano após a assinatura do contrato.

Regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul (R\$)		Percentual	Contrapartida do beneficiário - R\$
Construção	28.500,00	4%	R\$1.140,00 (4 parcelas anuais no valor de R\$ 285,00 cada)
Conclusão/reforma/ampliação	17.200,00	4%	R\$ 688,00 (4 parcelas anuais no valor de R\$ 172,00 cada)
Região Norte (R\$)		Percentual	Contrapartida do beneficiário - R\$
Construção	30.500,00	4%	R\$1.220,00 (4 parcelas anuais no valor de R\$ 305,00 cada)
Conclusão/reforma/ampliação	18.400,00	4%	R\$ 736,00 (4 parcelas anuais no valor de R\$ 184,00 cada)

A TERRA ONDE SERÁ PRODUZIDA A CASA PODERÁ SER:

- De propriedade do beneficiário;
- Adquirida no âmbito Programa Nacional de Crédito Fundiário, desde que não tenha recebido recursos para fins habitacionais;
- De propriedade de parentes até 3º grau, desde que tenha matrícula registrada no Cartório de Registro de Imóveis;
- De posseiro de boa fé de terras públicas;
- De beneficiários com direitos sucessórios, pendentes de partilha e não havendo dúvidas sobre o domínio do imóvel;
- De posseiro de boa fé de terras particulares há mais de 5 anos;
- De assentados beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, indicados pelo INCRA;
- De Comunidade Quilombola;
- De Comunidade Indígena;
- De Comunidades Tradicionais reconhecidas.

FAMÍLIAS SEM ACESSO SAZONAL OU PERMANENTE A ABASTECIMENTO DE ÁGUA

As famílias residentes em locais com irregularidade de chuvas e secas recorrentes poderão optar pela construção de cisternas, como solução de abastecimento de água, em conjunto com as obras do PNHR.

Esta ação é resultado de uma Parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e o Ministério das Cidades, com objetivo de integrar as atividades e potencializar os resultados do Programa Cisternas e do PNHR.

Para esse grupos são repassados subsídios adicionais, conforme quadro abaixo:

Descrição da Despesa	Cisterna de Placas	Cisterna de Ferrocimento
	Valor Unitário	Valor Unitário
Investimento		
Construção (material e mão-de-obra)*	R\$ 1.670,00	R\$ 2.510,00
Assistência Técnica e Trabalho Social		
Capacitações (famílias e pedreiros) e Assistência Técnica	R\$ 330,00	R\$ 330,00

- Seguro Residencial
- Consórcio Imobiliário CAIXA

TIJUCAS, 18 DE SETEMBRO DE 2014.

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PNHR TIJUCAS , 420424000, CONTRATO 5555292792-6, resolve emitir relatório com fotos para demonstrar a atual situação das construções das 08 unidades do referido programa habitacional no município de Tijucas/SC e **solicitar a terceira vistoria da referida obra.**



Claudio Tiago Izidoro

857.500.939-72



Gilmar Firmo

550.691.939-53



Vanderson Luiz Sgrott

CPF: 024.017.229-98

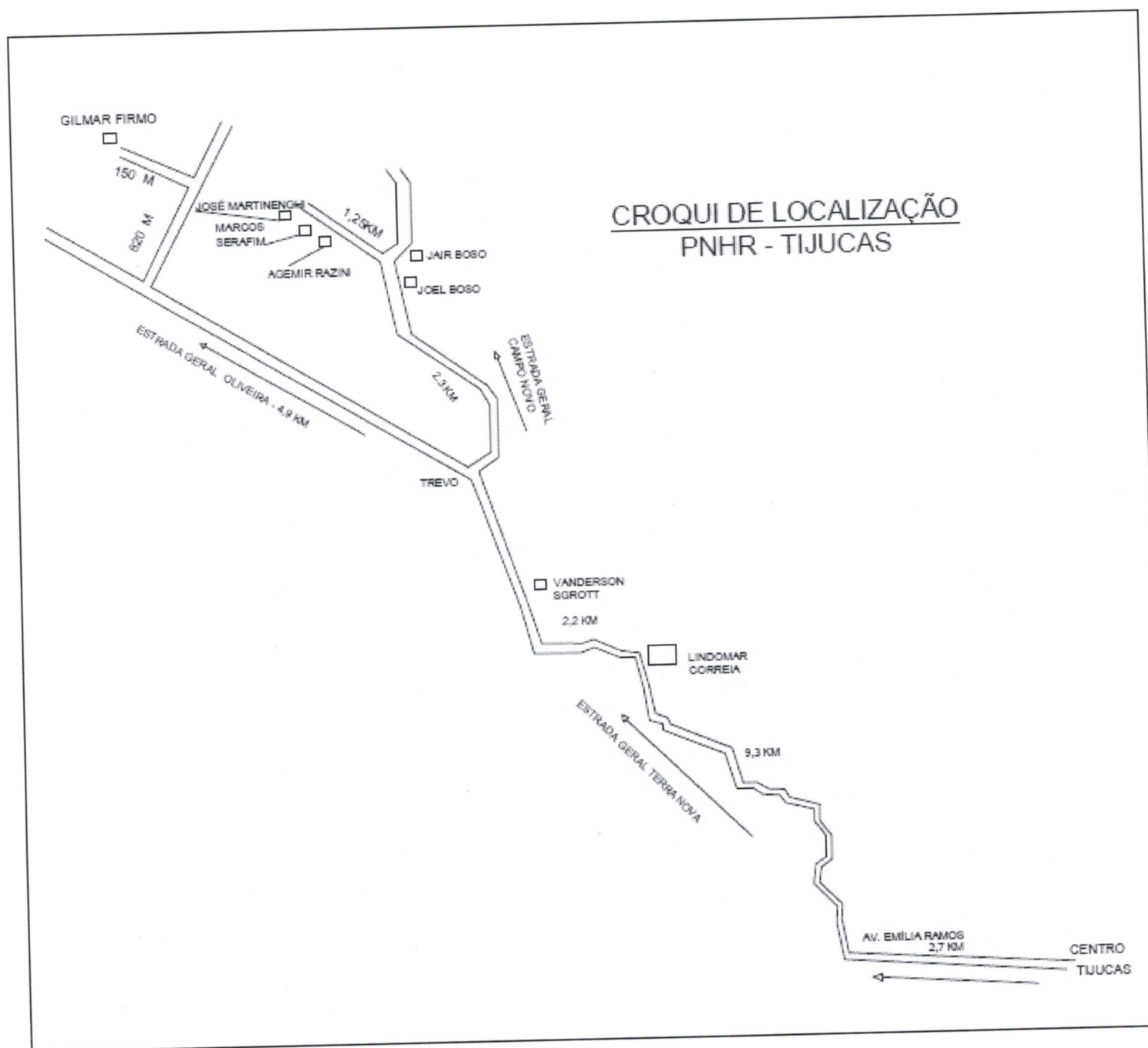


Fig. 1 – Croqui das residências no Município de Tijucas.

[Handwritten signatures]



Fig. 2– Residência de Lindomar Correia



Fig. 3– Residência de Lindomar Correia

[Handwritten signature]



Fig. 4– Residência de Vanderson Sgroot



Fig. 5– Residência de Vanderson Sgroot

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Fig. 6— Residência de Joel Boso.



Fig. 7— Residência de Joel Boso

[Handwritten signature]



Fig. 8– Residência de Jair Boso

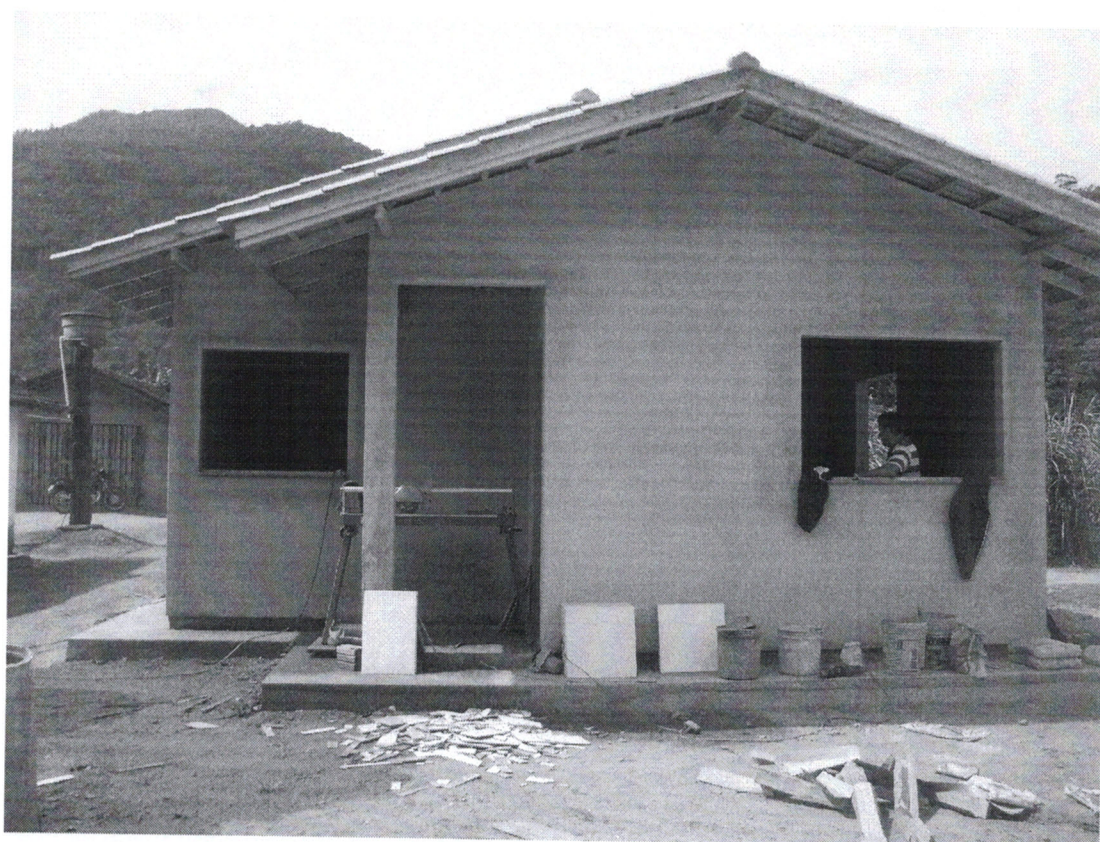


Fig. 9– Residência de Jair Boso

[Handwritten signatures]



Fig. 10– Residência de Jair Boso- Revestimento Cerâmico



Fig. 11– Residência de Agemir Razini

[Handwritten signatures in blue ink]

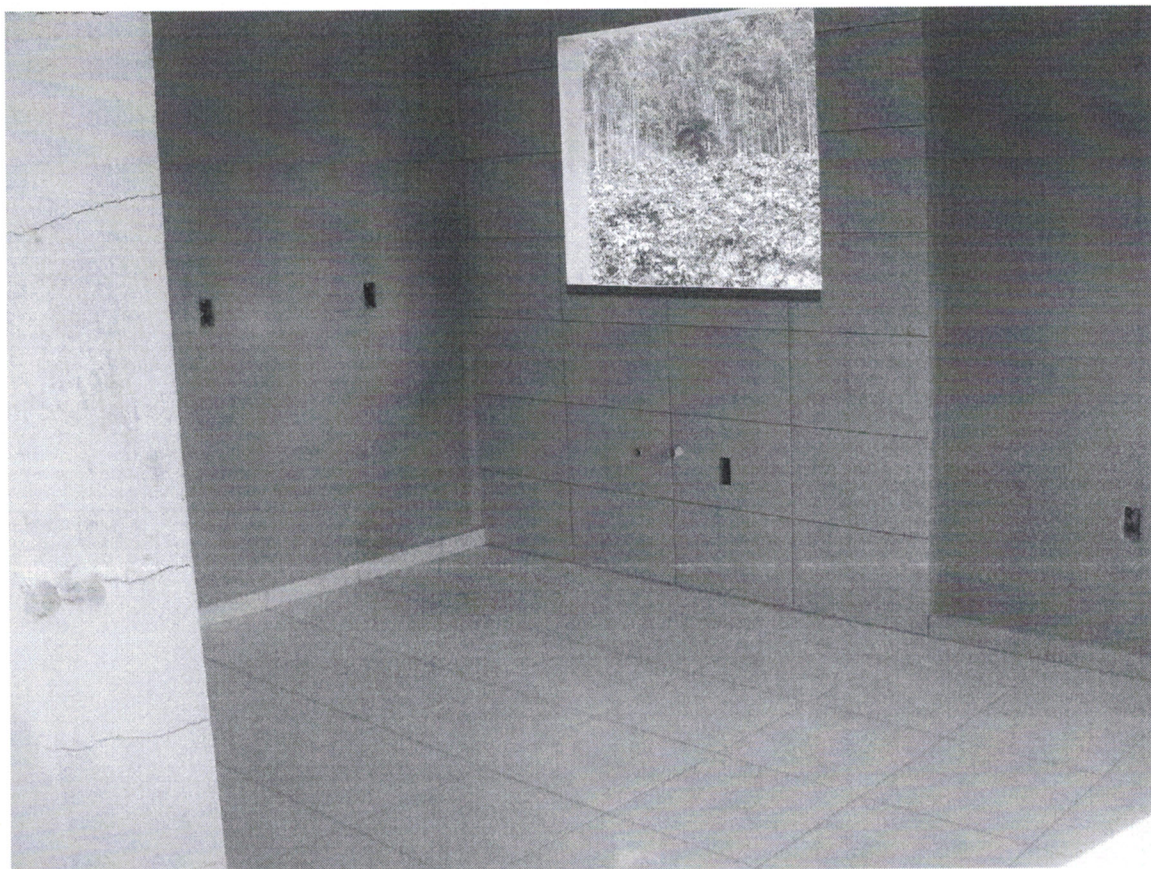


Fig. 12– Residência de Agemir Razini – Revestimento Cerâmico



Fig. 13– Residência de Marcos Serafim

[Handwritten signature]

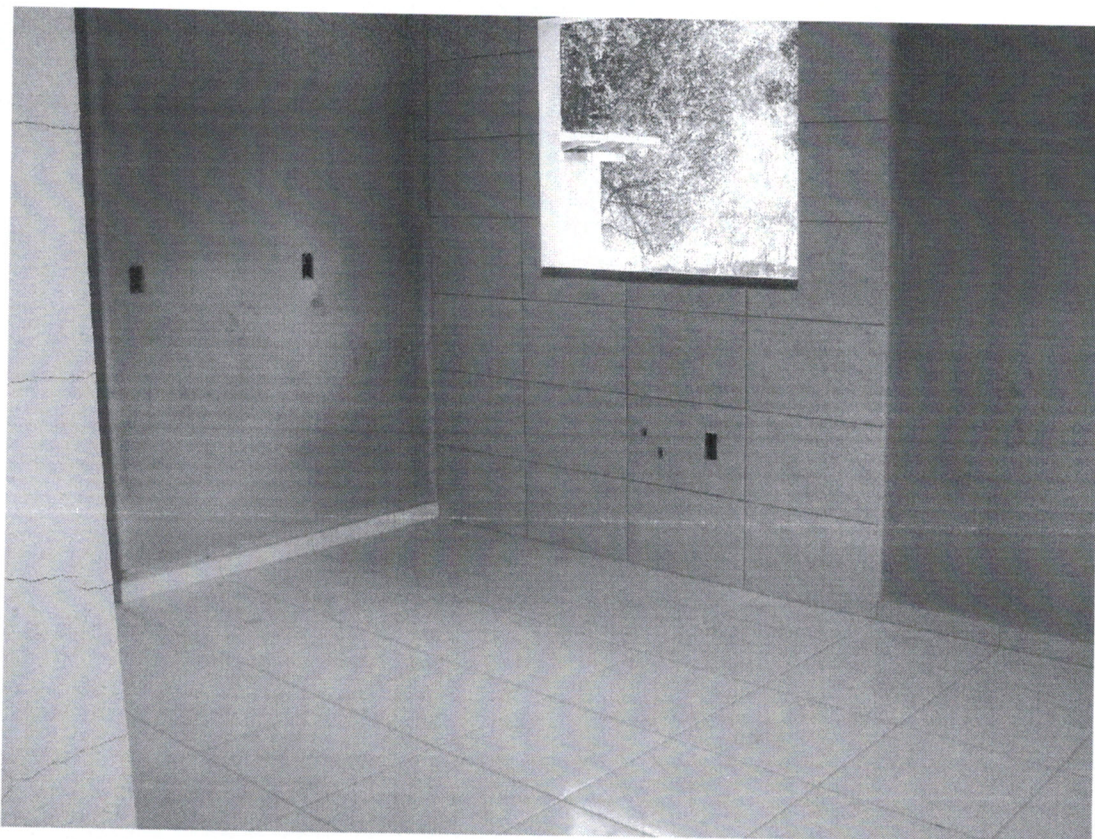


Fig. 14– Residência de Marcos Serafim

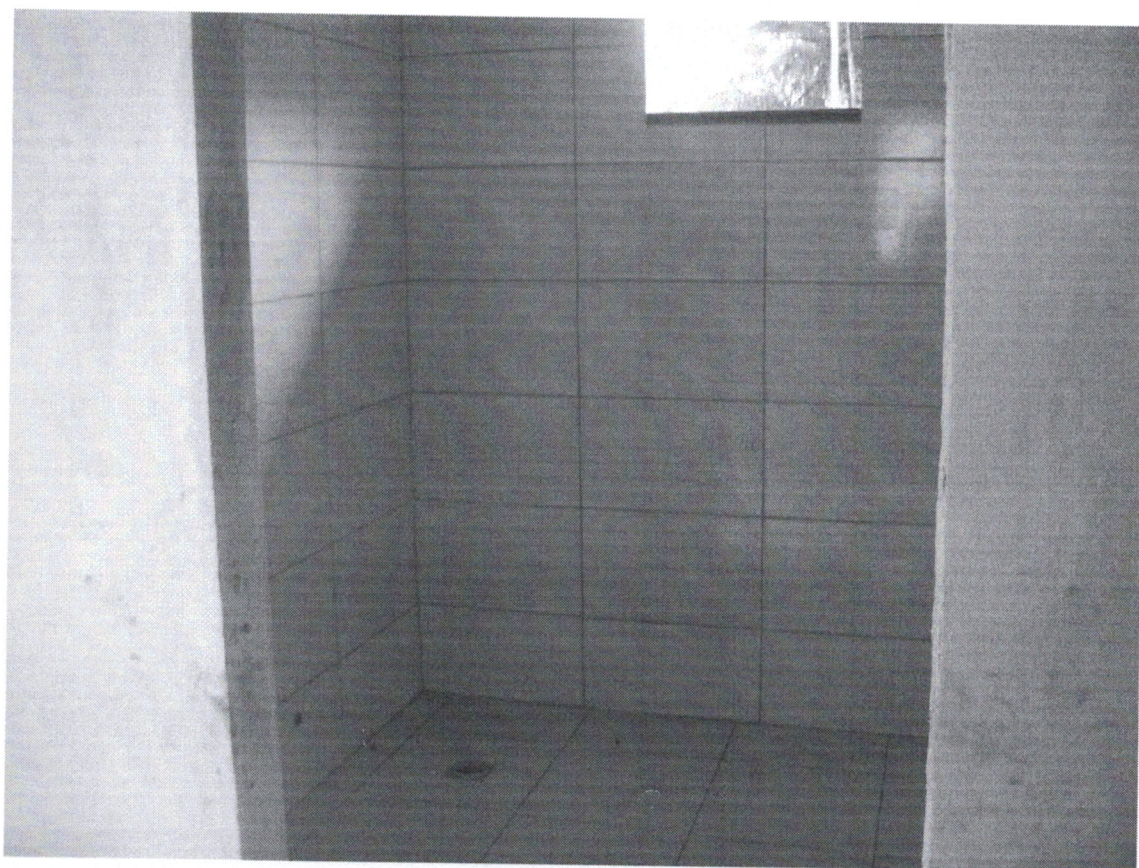


Fig. 15– Residência de Marcos Serafim – Revestimento Cerâmico

[Handwritten signature]

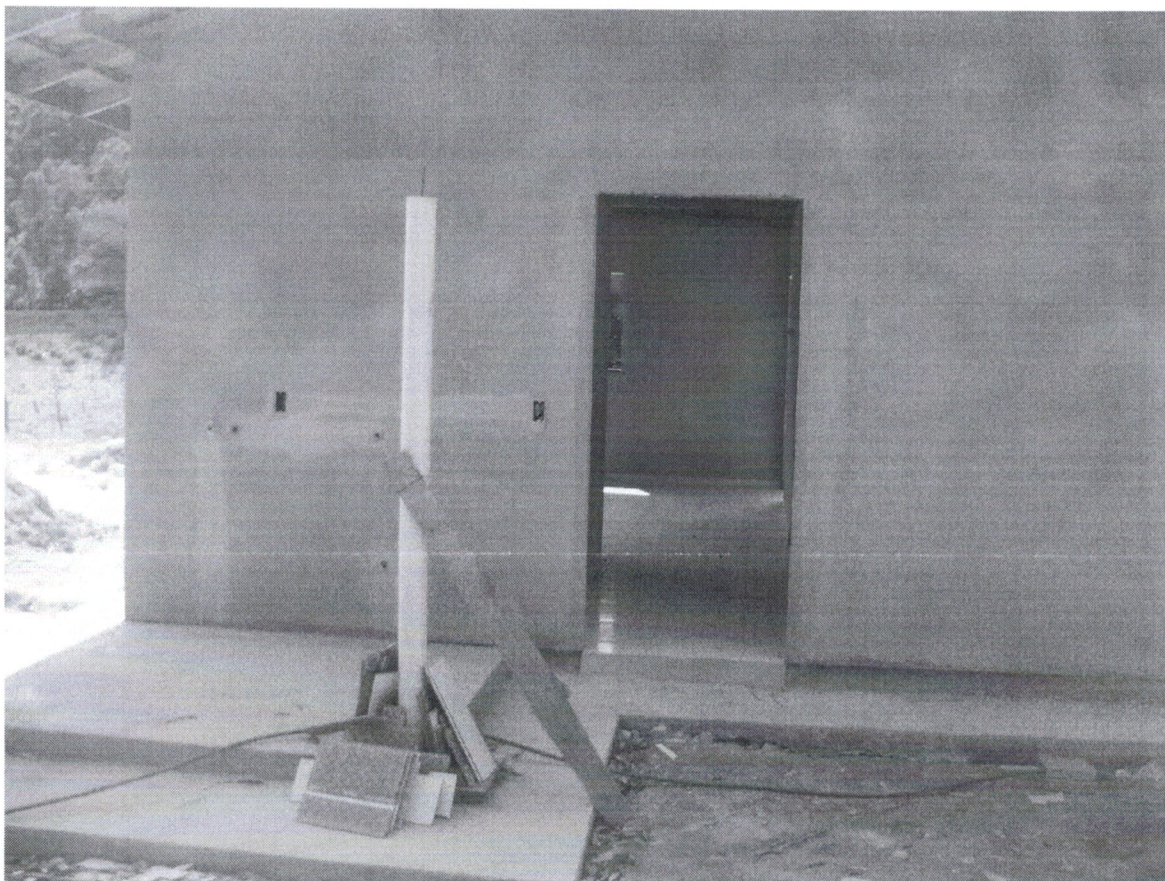


Fig. 16– Residência de Marcos Serafim



Fig. 17– Residência de Jose Adão Martinenghi

[Handwritten signature]



Fig. 18– Residência de Jose Adão Martinenghi - Revestimento Cerâmico

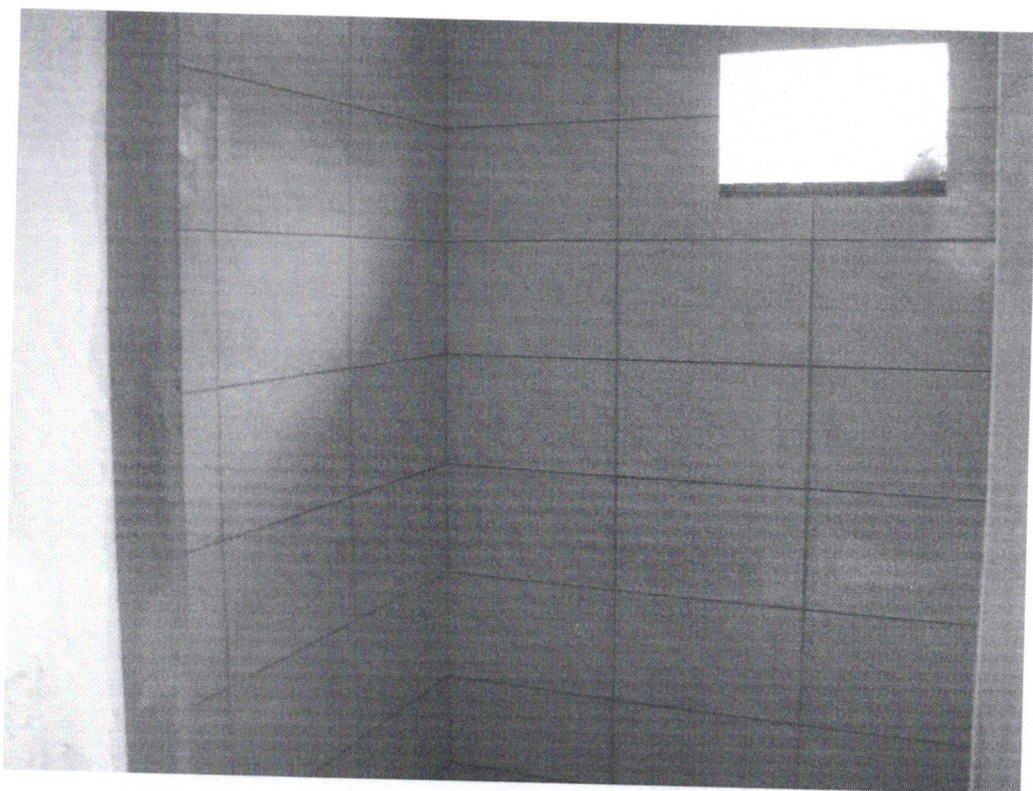


Fig. 19– Residência de Jose Adão Martinenghi – Banheiro

18

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Fig. 20– Residência de Jose Adão Martinenghi – Cômodo /Quarto.



Fig. 21– Residência de Gilmar Firmo

[Handwritten signature]

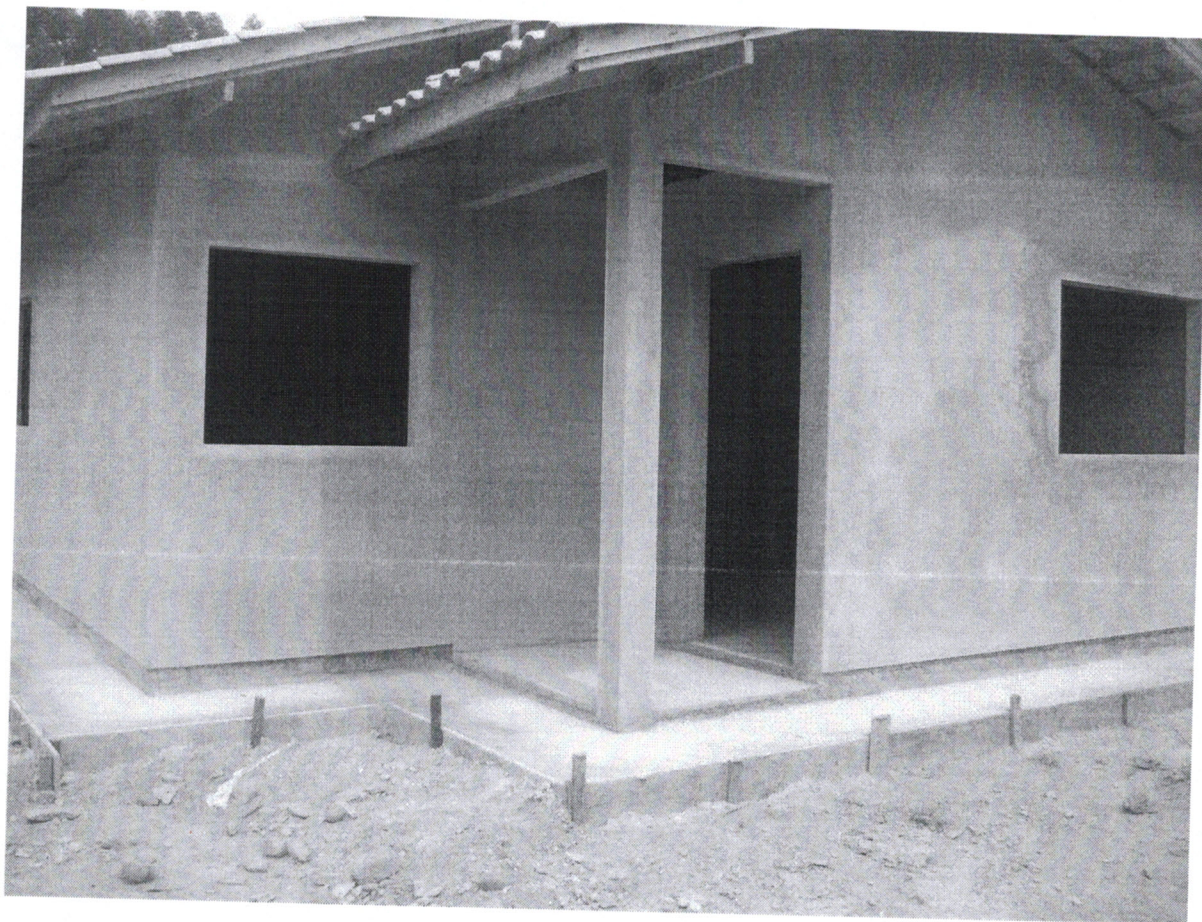


Fig. 22– Residência de Gilmar Firmo

[Handwritten signature]